



República Bolivariana de Venezuela

# Comunicado

O Governo da República Bolivariana da Venezuela informa a comunidade nacional e internacional que a Marinha Nacional Bolivariana, realizando seu habitual patrulhamento pela costa atlântica venezuelana, no dia 22/12/2018, a cargo do Patrullero Oceánico Karina (PO-14), avistou a presença inédita em águas jurisdicionais da Venezuela de dois navios de exploração sísmica, RAMFOR de bandeira Bahamas e DELTA MONARCH de bandeira Trinidad e Tobago, ambos contratado pela transnacional ExxonMobil. Os referidos navios se encontravam nas coordenadas em latitude 09 ° 17 ' 4 "N Longitude 058 ° 15' 7" W e latitude 09 ° 15 '0 "longitude 058 ° 17' 3" W, na projeção marítima do Delta de Orinoco de indubitável soberania da Venezuela.

Diante dessa flagrante violação da soberania, se procedeu a aplicar os protocolos internacionais correspondentes a esse tipo de ocorrido e salvaguardar a soberania nacional com estrito apego aos acordos e tratados internacionais.

É importante destacar que na troca de comunicação com os capitães dos navios de exploração, estes argumentaram que dispunham de uma autorização do Governo da República Cooperativa da Guiana para operar em tal espaço marítimo. Procedeu-se a informar que o país não tem jurisdição na projeção marítima de Delta do Orinoco, em razão do qual levantaram os trabalhos e navegaram sobre águas da extensa zona em reivindicação que projeta a costa Essequiba.

O Governo da República Bolivariana da Venezuela informou o Secretário-Geral das Nações Unidas e transmitiu a correspondente nota de protesto ao Governo da República Cooperativa da Guiana a esta violação inaceitável da soberania nacional que, muito além da disputa territorial sobre Guiana Essequibo, tem passado com este ataque sem precedentes todos os limites, ao pretender dispor dos espaços marítimos da projeção do Delta Amacuro, de indiscutível soberania venezuelana.

O Governo da República Bolivariana da Venezuela com base na Diplomacia Bolivariana de Paz, reitera a República Cooperativa da Guiana o chamado para restabelecer o diálogo direto e respeitoso sobre este sensível assunto, garantindo ao mesmo tempo a sua determinação de defender a soberania da República e os interesses do povo venezuelano com base no respeito mais escrupuloso do Direito Internacional.

**Caracas, 23 de dezembro de 2018**